



*Esta carta foi lida na Sessão de Encerramento da Reunião Extraordinária da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe no dia 9 de novembro de 2017 e posteriormente assinada por mais pessoas que quiseram demonstrar o seu apoio.*

Boa tarde a todas e todos,

Ativistas e representantes da sociedade civil presentes à Reunião Extraordinária da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, na cidade de Santiago (Chile), repudiam o retrocesso nos direitos sexuais e reprodutivos que está em curso no Brasil. Ao fim da tarde desta quarta-feira, 8 de novembro, uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados do Brasil aprovou, por 18 votos contra 1 (dos quais 18 eram homens contra 1 única mulher, a Deputada Erika Kokay), a PEC 181/2015, Proposta de Emenda Constitucional, que reconhece a vida desde a concepção, colocando em risco o direito instituído ao aborto legal e seguro mediante três causas – estupro, risco para a vida da gestante e anencefalia. O próximo passo será a discussão no Plenário da Câmara, e depois no Senado, onde a proposta poderá passar a valer.

Originalmente esta proposta se resumia a alterar a Constituição para conceder ampliação da licença-maternidade em caso de parto prematuro, mas foi oportunisticamente alterada para se tornar uma plataforma de retrocesso em direção à criminalização absoluta do aborto no Brasil. Esta proposta legislativa está em desacordo com o Consenso de Montevideu, adotado na Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento de 2013, que reafirma os direitos sexuais e reprodutivos e propõe a revisão de leis punitivas que restringem a interrupção voluntária de gravidezes indesejadas, e que impactam negativamente os direitos e a saúde das mulheres.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em seu último relatório “Mundos Distantes” mostra a precariedade da vida reprodutiva das mulheres brasileiras, especialmente as mais pobres. Elas são maioria e compõem um total de 4,2 milhões de brasileiras que, mesmo com décadas de investimento, não têm atendida sua demanda por contraceptivos em idade reprodutiva. As jovens são duramente afetadas já que 20% das mães têm menos de 20 anos de idade. A Pesquisa Nacional de Aborto (ANP) do Anis – Instituto de Bioética, lançada no final de 2016, mostra que, apenas em 2015, mais de meio milhão de mulheres realizaram um aborto e dentre estas estão mulheres religiosas cujas crenças rejeitam o procedimento. No Brasil, a cada 11 minutos uma mulher é vítima de estupro, de acordo com o estudo lançado pelo Banco Mundial em 2016, que reconhece ainda a subnotificação dos casos. Isto equivale a 130 mulheres por dia, quase 50 mil mulheres por ano. São frequentes as notícias que citam as mulheres brasileiras em episódios dramáticos nos quais enfrentam ameaças a seu direito mais básico – o direito à vida – ao lhes restar como alternativa os procedimentos ilegais e inseguros. A isto se acrescenta o caso da epidemia do vírus zika, em que as mulheres estão proibidas de realizar o procedimento, o que as deixa sem apoio durante uma gravidez arriscada e tendo que enfrentar uma vida cheia de desafios. O que o Brasil fará com todas essas mulheres se eliminar a possibilidade da interrupção voluntária em qualquer caso?

As mulheres devem ter o direito de decidir sobre o seu corpo, a sua saúde e a sua vida com o apoio total do País. As leis devem lhes apresentar soluções seguras e não o castigo em virtude de questões que o Estado julga mal ou em virtude dos problemas que não é capaz de resolver. Não podemos e não vamos aceitar isto. Os direitos conquistados não podem ser retrocedidos. É a vida das mulheres que está em perigo.

Em nome da feminista Fátima Oliveira, recentemente falecida, lutadora pelos direitos reprodutivos das mulheres e pela saúde da população negra, e em nome de cada mulher e de todas elas dizemos ao Governo, à Câmara de Deputados, ao Senado e ao Supremo Tribunal Federal do Brasil: não renunciaremos a essa batalha!

Abaixo estão as assinaturas dos representantes que estabelecem sua solidariedade com as mulheres brasileiras. Nenhuma a menos! Nos queremos vivas! Dizemos NÃO ao fundamentalismo religioso!

